

Coleção *Universidade Católica de Brasília*

SEGURANÇA JURÍDICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Guilherme Ribas da Silva Santos


ALMEDINA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A SEGURANÇA JURÍDICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	17
1.1 A segurança jurídica como princípio de Direito	17
1.2 Princípios e regras constitucionais relativos à segurança jurídica em matéria tributária	27
1.3 O controle de constitucionalidade e seus efeitos no sistema tributário	36
1.4 A coisa julgada em matéria tributária	40
1.5 A lei complementar como principal veículo normativo da segurança jurídica, segundo a Constituição Federal	46
CAPÍTULO 2 - PROBLEMAS QUE COMPROMETEM A SEGURANÇA JURÍDICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	53
2.1 O desafio da construção legislativa	53
2.2 A complexidade normativa	57
2.3 Jurisprudência oscilante dos tribunais superiores	66
2.4 A possível eficácia rescisória das decisões em razão de pronunciamento do supremo tribunal federal em matéria tributária	71
CAPÍTULO 3 - A EVOLUÇÃO NORMATIVA	79
3.1 Emendas constitucionais que prestigiaram a segurança jurídica: ação declaratória de constitucionalidade,	

sistemática de julgamento em repercussão geral dos recursos extraordinários e súmula vinculante	79
3.2 O Código de Processo Civil de 2015 e a tendência evolutiva de fortalecimento dos julgados provenientes dos tribunais superiores	84
3.3 A segurança jurídica na lei de introdução às normas do direito brasileiro – LINDB	93
3.4 A atuação da advocacia pública e a segurança jurídica	98
CAPÍTULO 4 – A QUESTÃO CONSTITUCIONAL	105
4.1 O caráter constitucional da segurança jurídica	106
4.2 Federalismo tributário e o papel estrutural da lei complementar	112
4.3 Desenvolvimento econômico e a competência legislativa dos entes federados quanto à disciplina dos tributos sobre o consumo	120
4.4 Segurança jurídica pela instituição de regras gerais mais abrangentes em matéria tributária	128
CONCLUSÕES	137
REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

O Estado deve inspirar confiança nas pessoas e nas empresas, para que vivam e empreendam em ambiente naturalmente seguro. Desse modo, constitui desafio contínuo e incansável a construção de bases sólidas em todas as áreas do conhecimento, especialmente no Direito, que estimulem atuação estatal tendente a promover essa atmosfera de tranquilidade, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, objetivo de qualquer nação civilizada.

A segurança jurídica exsurge, nesse universo, como um princípio que informa a atividade estatal no sentido de conferir diretrizes seguras à ordem normativa, por se encontrar especialmente vinculada aos ideais de previsibilidade, de estabilidade e de consistência da ordem normativa.

O trabalho promove corte epistemológico para, dentre os diversos ramos do Direito, analisar aspectos relativos à segurança jurídica no âmbito do Direito Tributário, percorrendo temas de índole material e processual.

Os pronunciamentos jurisdicionais, por traduzirem a resposta do Estado aos questionamentos de aplicação da norma jurídica no caso concreto, representam um termômetro capaz de enunciar os problemas existentes quanto à observância dos atos normativos que regem a matéria tributária.

Uma pesquisa jurisprudencial demonstra como se apresenta corriqueira a prolação de decisões judiciais que anulam atos de autoridades tributárias, muitas vezes fundadas em complexas normas infralegais.